**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Bom dia!

Esta reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 156, de 2018, de minha iniciativa, e tem como objetivo debater o painel setorial *Política Externa e Inserção Internacional*.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo Youtube, no canal da Câmara dos Deputados.

Para darmos início às apresentações, convido para sentar-se à mesa o Sr. Abrão Neto, Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços — MDIC; e o Sr. David Kupfer, pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — IE/UFRJ.

Informo que o Sr. Marcelo Zero, assessor da Liderança do PT no Senado, também convidado para esta audiência, não pôde comparecer em virtude de incompatibilidade na agenda.

Antes de passar às exposições, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema em debate e disporá de 20 minutos para suas preleções, não podendo ser aparteado. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados interessados em interpelar o palestrante deverão inscrever-se previamente e poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica.

Quero agradecer a todos. Neste período, há muita dificuldade de participação nas audiências, porque a agenda está sempre muito corrida e concorrida, com outras atribuições aqui na Casa, mas eu quero agradecer àqueles que já puderam chegar para acompanhar esta audiência e aos convidados pela presença.

Passo imediatamente a palavra ao Sr. David Kupfer, pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**O SR. DAVID KUPFER** - Quero dar bom dia a todos e agradecer o convite para vir a esta audiência discutir um tema de tão grande relevância.

Como eu tenho um tempo muito curto, vou ajustar o meu cronômetro.

Preliminarmente, quero informar que a apresentação deste tema intitulado *Política Externa e Inserção Internacional* nesta audiênciaserá limitada a uma reflexão sobre indústria e competitividade. Portanto, não abordarei os temas mais amplos de política externa, porque a política externa de uma nação não pode ser construída exclusivamente em virtude dos parâmetros e das balizas associadas ao mundo da produção. Há, evidentemente, outras questões diplomáticas e geopolíticas que precisam ser consideradas. Mas acredito que todos nesta audiência estejam pensando na indústria, no comércio exterior, nos serviços, na agricultura, no que chamamos o mundo da produção.

Eu gostaria de pedir a compreensão de todos porque não vou abordar especificamente a avaliação da política externa brasileira no que diz respeito à inserção internacional da indústria, no sentido da sua institucionalidade, no sentido da sua prática recente ou mesmo no sentido de uma avaliação das lacunas existentes nessa política. Vou usar o tempo que tenho para tentar contribuir com esta audiência, trazendo à reflexão minha área de pesquisa, que diz respeito muito mais à estratégia da política comercial brasileira do que propriamente a uma avaliação prática dessa política. Acho que, antes de pensarmos a melhor política, nós temos que ter clareza. E essa clareza, evidentemente, deve ser perseguida amplamente por todos os setores da sociedade. Deve ser uma clareza que diga respeito a grandes objetivos e a grandes oportunidades que a política comercial pode trazer para a nossa indústria.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Inicialmente, eu tenho algumas razões pelas quais a indústria sempre foi associada ao desenvolvimento econômico. Neste eslaide estou enumerando várias dessas razões. Mas o que eu gostaria mesmo é de me deter nesta última parte que está aqui marcada, em que tento trazer uma nova razão que se some aos argumentos macroeconômicos, estruturais, tecnológicos e ao próprio argumento regional. Fundamentalmente, uma nova razão que dota a indústria de grande capacidade de trazer, de empurrar o desenvolvimento econômico — temos uma novidade — é o encadeamento entre a indústria e os serviços de valor agregados à economia. A indústria é uma importante geradora de serviços. Portanto, hoje, quando pensamos o complexo industrial, nós temos que verificar aqueles serviços que a atividade industrial justifica. São eles que, provavelmente, pagam os melhores salários, geram mais renda, geram mais valor adicionado e mais desenvolvimento.

Minha sugestão inicial, a reflexão que vou trazer é que não devemos cair na armadilha, bastante comum no debate mais amplo, que busca opor a indústria aos serviços ou separá-los. Na verdade, eles estão plenamente imbricados, andam em conjunto, na nova formação da atividade produtiva internacional. Esse encadeamento entre indústria e serviços está diretamente associado a duas ordens de mudanças que já estão em curso há 40 anos, há 30 anos, mas que revelam um potencial transformador neste momento, nesta quadratura em que vivemos. São mudanças tecnológicas e mudanças organizacionais que vêm determinando um crescente processo de servitização da indústria.

Quando falamos da indústria do século XXI, dizemos que ela é diferente da indústria do século XX, porque achamos que ela é mais automatizada, mais inteligente, mais digitalizada. Existe um monte de — permitam-me a expressão — parangolés associados à atividade industrial. O mais importante é que a indústria do século XXI é uma indústria servitizada. A atividade industrial hoje contém geradores de valor, de receitas para as empresas que estão mais nos serviços do que no chão de fábrica propriamente dito.

Essa servitização pode ser expressa quando pensamos em algo que hoje já é bastante conhecido, que é a chamada "Curva Sorriso", a qual vou introduzir para os senhores, em que há uma crescente geração de intangíveis que se associam às atividades de chão de fábrica, de produção propriamente dita. A fabricação e a montagem estão cada vez mais conectadas a esses intangíveis: a pesquisa e o desenvolvimento; a logística de suprimentos; a realização de projetos de produto, de projetos de manufatura, de projetos diversos; os serviços pós-venda, incluindo a assistência técnica e tudo mais; o *marketing*; e a logística de distribuição de produtos. Esse conjunto de atividades são serviços, na verdade, e se juntam à fabricação, à montagem que é feita na fábrica, para gerar, portanto, um mapa com essa característica, que expressa a chamada "Curva Sorriso". Faço ou imagino uma representação gráfica na qual, no eixo vertical, eu marco o valor adicionado ou a capacidade de gerar riqueza e, no eixo horizontal, posiciono essas atividades em relação à produção, à pré-produção e à pós-produção. A Curva Sorriso propõe que as atividades de pré-produção geram mais valor do que as atividades industriais *stricto sensu, e* as atividades de pós-produção geram mais valor do que as atividades industriais *stricto sensu.*

O chão de fábrica hoje, aquele espaço, aquele galpão onde é feita a montagem dos bens, onde é feita a transformação dos bens, gera menos valor do que os serviços intangíveis pré-produção e pós-produção associados a ele. Não é que eu deva escolher entre eles, porque, na verdade, só faço a pré-produção e a pós-produção se eu produzir. Preciso fazer o chão de fábrica, mas preciso que ele comande as atividades de pré e pós-produção. Do contrário, terei fábricas que empregam, mas pagam salários aviltados, geram produtos que têm preço de venda baixo, geram pouca margem, geram pouco lucro, pouco investimento e, portanto, não geram desenvolvimento.

A literatura sugere que, se eu colocar isso em perspectiva histórica e de forma estilizada, no passado, eu teria uma Curva Sorriso com esse desenho, e, hoje, ela estaria com um desenho dessa natureza. A proporção do valor que é gerado nas atividades de P&D, logística de distribuição, projeto, logística de suprimento, *marketing*, assistência técnica e assim sucessivamente é significativamente maior do que aquela gerada pela atividade industrial *stricto sensu*.

Do lado da mudança organizacional, nós todos conhecemos a extensão de processos de terceirização, *outsourcing*, *offshoring* e um monte de nomes com essa característica que surgiram ao longo das mudanças, das novas técnicas de organização e produção que vêm transformando a indústria desde a década de 70 e, particularmente, na década de 80, a partir do novo desenho industrial imposto à indústria mundial com o surgimento do Japão e, posteriormente, dos demais países asiáticos.

No entanto, eu gosto de diferenciar esse processo em dois grandes grupos: de um lado, a terceirização, o *outsourcing,* que levou a esquemas de fragmentação de produção que deságuam em cadeias globais de valor, em que a produção é distribuída em diversas bases geográficas, em vários países do mundo, em geral organizadas por empresas que buscam otimizar essa cadeia para extrair a máxima rentabilidade; e, em outro tipo de formulação, o sistema que também é de fragmentação, do tipo especialização vertical, que dá margem não a cadeias globais de valor propriamente dito, mas a esquemas de integração produtiva, em que várias fábricas que estão espalhadas pelo mundo de certo modo cooperam para a realização daquela produção com um esquema de distribuição dos ganhos bastante diferente do que os sistemas de fragmentação propriamente ditos.

A diferenciação entre as cadeias globais de valor e a chamada especialização vertical é algo bastante importante no argumento que eu tentarei sugerir relacionado a essa estratégia da política industrial.

A proposta que deixo para a reflexão dos senhores é a seguinte.

No século XX, há modelos de integração basicamente comerciais. O objetivo é buscar economias de escala, aumentar o mercado para produzir em maior escala, aumentar a eficiência, reduzir custo e ganhar competitividade. Trata-se do acordo comercial, da criação de um bloco comercial como uma extensão da demanda para permitir que os ganhos de escala tragam competitividade. Nesse sentido, o bloco comercial é uma forma extremamente favorável para a divisão do trabalho dentro de uma empresa, de modo que ela se torne mais eficiente, mais competitiva e conquiste crescente *market share*, posições relevantes de mercado e assim sucessivamente.

No século XXI, os modelos de integração produtiva começam a se tornar importantes. Eles buscam a tal especialização vertical em cadeias produtivas entre firmas com objetivos bastante diferentes. É um modelo de apropriação dos ganhos da inovação. Do ponto de vista da economia política, há uma dimensão importante que está associada ao fato de que ele também é um modelo de distribuição dos ganhos. E eles requerem acordos mais amplos do que meramente os acordos de livre comércio, porque exigem que também se regule a realização do investimento, a propriedade industrial ou intelectual, a questão dos intangíveis associados à produção. Então, também há uma mudança do foco da política comercial. Isso vai deixando de olhar os fluxos de mercadoria e vai começando a se concentrar nos fluxos de capital e de tecnologia.

Talvez seja importante eu gastar um pequeno tempo para exemplificar o que é um modelo de integração produtiva. Trata-se de uma situação diferente da cadeia de valor fragmentada, porque aquelas empresas que participam da integração produtiva realizam, inteiramente, segmentos da atividade produtiva. Isso pode ser organizado por uma empresa. Vou dar um exemplo brasileiro. As montadoras de automóveis, em alguns períodos, transferem para as montadoras brasileiras, as suas filiais brasileiras, as responsabilidades de projeto do produto, de realização de pesquisa e desenvolvimento daquele produto. Temos exemplos de montadoras que criaram, no Brasil, carros que depois foram produzidos internacionalmente. Isso, obviamente, gera empregos para engenheiros, para *designers* epara o pessoal qualificado na pré-produção e na pós-produção, o que, por exemplo, um esquema de montagem em CKD ou em SKD não será capaz de proporcionar. Nesses esquemas de integração vertical, que se tornaram muito importantes, é que nós devemos mirar a nossa estratégia de política comercial e de inserção da indústria brasileira.

Enfim, em termos do que estamos discutindo aqui, eu preciso refletir sobre estratégia. Quando olhamos do Brasil para fora, como é que nós capturamos valor? Isso é uma questão de competitividade e de integração produtiva. Quando olhamos para dentro, o que se faz no Brasil, precisamos ver como se gera valor no País. E isso é uma questão de diversificação, inovação e capacidade de produzir localmente.

Essa busca do modelo de integração produtiva implica na necessidade de preparar a competitividade para capturar valor daquilo que é produzido no esquema internacional de produção e, do ponto de vista do que é feito no Brasil, gerar valor propriamente dito.

Esse eslaide trata apenas de condicionantes geoeconômicos. É importante termos claros os esquemas de integração regional e produtiva asiática aqui descritos: uma população de 2,1 bilhões de habitantes; essencialmente oceânico, o que, do ponto de vista do custo de transporte e logística, é mais favorável; baseado em eletrônica e que responde por cerca de 30% do comércio internacional. Contrariamente, nós observamos na região da América do Sul: uma população de 380 milhões de pessoas; um eixo de integração continental — pior do que continental: com uma cordilheira no meio —; baseado em *commodities*, produtos que não são tão *tradables* quanto os eletrônicos, e que responde por 3% da exportação mundial.

Essa distância é mais ou menos a mesma, conforme percebeu o autor no qual estou me inspirando para mostrar essa interessante comparação. Esse eixo de integração — esse é o atual caminho para a Índia — é mais ou menos da mesma extensão de 8 mil quilômetros do nosso eixo sul-americano.

Citarei alguns dados — nós economistas sempre citamos números. Mas como não quero perder tempo, do pouco que temos, com dados, informo que a linha roxa corresponde ao *market share* da exportação brasileira de *commodities* agrícolas ou agroindustriais. Ela evolui de 3% para aproximadamente 7%. Depois, tudo mais fica relativamente constante: as *commodities* industriais, as indústrias de maior conteúdo tecnológico, a indústria tradicional. Há certa estagnação da competitividade da indústria brasileira, com uma exceção notável, as agroindústrias ou indústrias associadas a *commodities* agrícolas.

A visão estrutural da indústria, em termos dos três grandes grupos que a formam, é a seguinte: a base corresponde a *commodities;* o miolo é a indústria tradicional; e o topo é a indústria mais sofisticada, de maior conteúdo tecnológico. Isso é apenas para descrever o peso relativo. Entre 2007 e 2015, praticamente nada mudou. Trata-se de um momento em que há certa rigidez estrutural da indústria.

Eu quero chamar a atenção para a evolução da balança comercial brasileira. Observa-se o saldo de 1996 até 2017, que é a diferença entre a exportação e a importação — as exportações e as importações são mostradas nas barras azul e vermelha. Nós usamos o saldo como medida de competitividade, algo muito imperfeito, mas é uma medida de competitividade. Verificamos que, se a indústria é deficitária, ela é menos competitiva; se é superavitária, ela é mais competitiva. Observamos um período de baixa competitividade; uma melhora; uma nova piora; um período muito ruim; e agora, novamente, superavitária.

O mais interessante para o nosso tema é olhar não o saldo, que é a diferença, mas, sim, a chamada corrente de comércio, a soma entre a exportação e a importação, que é uma medida do grau de abertura da economia.

Vemos aqui, pela linha verde, que a indústria brasileira passou por uma grande abertura entre 2003 e 2007. Depois veio a crise internacional, que continuou até 2010, e a partir daí temos uma certa estagnação, uma perda mesmo do peso relativo da corrente de comércio ao longo desses anos mais recentes.

Nós temos fatores de natureza conjuntural que interferem nesse gráfico. Vemos, por exemplo, uma queda importante das importações, que mostra que, no Brasil, as importações são extremamente cíclicas. Quando a economia está em expansão, as importações crescem; quando a economia retrai, elas decrescem. Uma boa parte dessa contração da corrente tem a ver, primeiro, com a perda de dinamismo e, posteriormente, com a recessão e a atual estagnação da economia.

Eu queria, no entanto, para aprofundar um pouco isso e tentar terminar, deixando a minha mensagem, olhar este mesmo dado de uma forma mais estrutural, porque, no meu modo de ver, o que está faltando no debate sobre a política comercial brasileira é a visão estrutural dessa inserção internacional da nossa indústria.

Estou apresentando aos senhores aqui o mesmo gráfico, porém, separando o que é exportação e importação, saldo e corrente da base, *commodities* agroindustriais e industriais, do miolo, a indústria tradicional, têxtil, vestuário, calçado, móveis, etc., e a indústria de bens de capital, bens eletrônicos, bens duráveis e alta tecnologia em geral ou de maior conteúdo tecnológico.

De 1996 a 2017, no mesmo gráfico, olhando as *commodities*, verificamos que ele é superavitário — nós somos competitivos em *commodities*. Houve uma grande abertura, medida aqui pela linha verde. Então, nós tivemos um aumento da corrente de comércio importante. Quando eu olho o miolo, a indústria tradicional, ela tornou-se deficitária, o que não era historicamente, mas ela é pouco aberta, pouco exposta ao comércio internacional. E a nossa indústria de maior conteúdo tecnológico historicamente não é competitiva e passou por um desabamento competitivo ao longo dos anos, que vem de 2004 até 2013. A partir daqui, uma parte é a queda que o efeito conjuntural da recessão trouxe.

O importante é verificarmos que estamos diante de três mundos industriais completamente diferentes. É essa a mensagem que eu queria trazer aos senhores. No agregado da indústria brasileira, ao olhar a indústria como um conjunto, nós enxergamos uma média pasteurizada, que não quer dizer nada.

O que realmente queremos mostrar é a percepção de que temos três famílias de produtos, com inserção internacional absolutamente diferentes. Se detalharmos aqui, separando as *commodities* em agrícolas e industriais, vemos que as agrícolas são um setor exportador puro. Olhem as importações agrícolas no Brasil! Indústria não é bens agrícolas, é a agroindústria. Se olharmos as *commodities* industriais, como estamos na indústria de transformação e não temos minério de ferro, ficamos deficitários aqui. Então, essa competitividade não é tão forte, o conjunto que é competitivo, mas, sem minério de ferro, não temos saldo desde 2008. No entanto, é um setor que se abriu.

Se olharmos que os demais são os mesmos, verificamos essa diferença entre o grau de abertura e o comportamento importador líquido dos setores de maior conteúdo tecnológico. Essa visão estrutural é que deve estar na base da construção de uma estratégia de inserção internacional da indústria brasileira que vai levar ao desenho de uma política externa comercial consistente com essa visão.

Eu estou mostrando isso aqui apenas para, de algum modo, evidenciar minha tese. Esse é o dado do agregado, que eu mostrei inicialmente, o conjunto da indústria brasileira. Aqui estão os meus três grupos, a base, o miolo e o topo. Se olharmos esse desenho, vemos que ele se parece um pouco com este, porque esse grupo base anula o grupo topo. Então, quando olhamos a indústria agregada, achamos que estamos olhando um conjunto, mas, no fundo, é a soma de três setores que têm comportamento completamente diferente.

Enfim, eu entendo que nós enfrentamos o que chamo de um córner da especialização regressiva, agravado por uma série de transformações ocorridas no próprio cenário internacional, recentemente, que é o efeito China e a proposta que a China nos traz de exportação de matérias-primas cada vez mais brutas, naturais. Para escapar dessa especialização regressiva, nós precisamos quebrar, sair do padrão de concorrência em custos. A economia brasileira não permite a produção com baixo custo — nossos custos são altos —, em virtude do custo de infraestrutura, dos custos tributários, dos custos burocráticos e de um monte de problemas que nós resolveremos um dia, mas ninguém imagina que esse dia será muito próximo. Portanto, precisamos ter claro que nossos custos internacionais são altos e temos que escapar da concorrência em custo, buscando as oportunidades de agregação de valor via inovação de produto e mudança organizacional.

Nós temos três oportunidades. A primeira é dada pelo novo paradigma digital, porque a indústria brasileira tem uma dianteira em relação a outras indústrias emergentes em termos da sua capacidade de resposta, de incorporação da digitalização e de todo um mundo que isso traz de novos produtos, novos serviços, nova pré-produção, pós-produção e assim sucessivamente.

Nós temos uma segunda avenida de desenvolvimento, que é dada pela energia e pela sustentabilidade, levando em conta que o Brasil tem energia fóssil e energia renovável por uma dotação espetacular e uma capacidade de liderança nesses setores. E temos ainda toda uma infraestrutura física e social a ser construída, que gera uma frente de investimento e de expansão e que precisa ser viabilizada e explorada, o que implicará em grande demanda de produtos e serviços industriais.

Portanto, a política comercial, no meu modo de ver, deve focar na integração produtiva. Nós devemos buscar exportações, mas não reexportação. Não interessa a atividade de maquila, porque ela não gera pré-produção nem pós-produção. Ela é apenas a transplantação de atividades de montagem, que não geram nem esforço de projeto, nem esforço de pesquisa e desenvolvimento, nem esforço de logística, e assim sucessivamente, tampouco geram assistência técnica, porque o produto vai ser exportado e consumido exteriormente.

A política comercial tem que ser parte da estratégia de política industrial, mas é necessário ter o que vender. Competitividade precede o acordo comercial. Existem sugestões, propostas, de que nós devemos abrir unilateralmente, como se isso fosse algum medicamento, alguma terapia que pudesse curar doenças da indústria brasileira. Na verdade, a abertura unilateral, se não tivermos o que vender, significará simplesmente mais retrocesso industrial e mais especialização regressiva.

Então, nós temos que ter consciência de que é necessário buscar os acordos, e esses acordos precisam fundamentalmente mirar não os esquemas de fragmentação, a inserção na fragmentação produtiva, mas, sim, a inserção na integração produtiva — e falamos não somente de mercado; falamos de acordo de investimento, acordo de propriedade intelectual e assim sucessivamente —, de modo que nos permita desenvolver a competitividade para capturarmos valor nessas cadeias internacionais, o que eu chamo de entrar pelo andar de cima dessas cadeias.

Isso envolve repactuações extremamente difíceis, extremamente lentas, mas que precisam ser perseguidas. Nós precisamos reformar o pacto federativo brasileiro, em termos da indústria ou da produção. Precisamos que o nosso sistema tributário se torne menos regressivo, mais descentralizado e mais pró-produção, porque, entre outras distorções, o sistema tributário é antiprodução, ele dificulta a produção. Precisamos redesenhar os marcos regulatórios visando retomar e expandir a capacidade de investimento, principalmente em infraestrutura, o que significa conseguir pular todas as restrições ligadas à construção de um pacto público-privado que funcione efetivamente. Precisamos assegurar o crescimento econômico, com aumento do bem-estar e preservação da demanda efetiva. Portanto, o nosso pacto social precisa estar operando para que tenhamos estabilidade, não só econômica, mas política, de modo que pensemos em longo prazo no Brasil. Precisamos de um novo pacto capital-trabalho, em que se modernizem as formas de contratação, sim, mas sem comprometer direitos, para que, de fato, capital e trabalho passem a cooperar mais nas transformações requeridas.

Por fim, naquilo que nos diz respeito diretamente, há o pacto internacional, que significa rever a estratégia para ampliar os horizontes de integração produtiva, sem desindustrializar o País. E deixo a pergunta para os senhores: estamos nessa rota?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradeço ao Prof. David Kupfer, que fez aqui uma abordagem bastante sintética, mas precisa.

Tem imediatamente a palavra o Sr. Abrão Neto, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços — MDIC, para fazer sua intervenção.

**O SR. ABRÃO NETO** - Muito obrigado.

Bom dia.

Em nome do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, eu gostaria de agradecer o convite, de iniciativa do Presidente da Comissão, o Deputado Daniel Almeida.

Eu tive a oportunidade de participar, há menos de 1 mês, de um debate aqui na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços — CDEICS sobre o tema específico da integração comercial. Então, quero deixar a avaliação por parte do Ministério de que o debate feito nesta Casa é fundamental para que nós possamos avançar numa posição mais ofensiva e mais benéfica do Brasil em relação ao comércio internacional. De plano, os meus comentários serão mais na parte de comércio exterior e inserção internacional; obviamente, na parte de política externa, que foge um pouco à atuação do Ministério, eu não entrarei.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Antes de mais nada, eu acho que, para começar essa discussão, é importante analisar o estado atual do comércio exterior brasileiro, e a balança comercial oferece dados importantes nesse sentido. De certa maneira, a balança comercial é o termômetro do comércio exterior.

O professor apresentou aqui uma análise mais longa dos dados da balança comercial. Eu vou propor uma visão mais específica dos últimos anos, a começar pelo ano passado, 2017, em que nós observamos um desempenho muito contundente de todos os fundamentos da balança comercial, exportações, importações e saldo.

É possível observar que, no ano passado, houve um crescimento de 18,5% das nossas exportações. Esse crescimento foi disseminado por todas as categorias de produtos. Por exemplo, produtos manufaturados cresceram 9,5%. É o primeiro crescimento das nossas exportações nos últimos 5 anos, desde 2013, e esse crescimento se deu tanto em razão do aumento dos preços dos nossos produtos exportados, como das quantidades embarcadas, que alcançaram um patamar recorde.

No lado das importações, houve um crescimento também, de 10,5%, e um crescimento com perfil muito saudável, porque é concentrado nas importações de insumos e bens intermediários usados pela indústria e pela agricultura. E o resultado destas duas forças, exportação e importação, nos levou a um superávit no ano passado de 67 bilhões de dólares, que foi o maior superávit da série histórica desde 1989 e obviamente contribuiu para a melhora do resultado das contas externas brasileiras.

Aqui também foi mostrado, numa análise mais longa, que tanto as exportações como a corrente de comércio ainda estão num patamar aquém do que já estiveram no passado. Nós tivemos o maior número de exportações em 2011, 256 bilhões, e no ano passado registramos 217 bilhões. Então, ainda há um caminho a ser percorrido para recuperar uma vitalidade que nós já tivemos alguns anos atrás.

Esse próximo gráfico apenas demonstra a comparação do crescimento das exportações brasileiras com os 30 maiores *players* no comércio internacional. Esses dados, que são da Organização Mundial do Comércio, mostram que o Brasil cresceu acima da média mundial, que foi de 10,6%, e está classificado com a sexta maior taxa de crescimento das exportações, à frente de países importantes, como Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, México, Índia e Coreia do Sul. Então, o resultado disso é que o Brasil ganhou uma ligeira participação no comércio internacional no ano passado.

Esse quadro de crescimento segue agora em 2018. Ontem, nós tivemos a publicação dos dados da balança comercial do primeiro semestre e conseguimos perceber que as exportações continuam crescendo, 5,7%, puxadas pelas exportações de manufaturados, por exemplo, máquinas e equipamentos, setor automotivo, siderúrgico. No ano passado, os calçados atuaram muito bem. Também as importações continuam crescendo, 17,2%. O destaque são as importações de bens de capital, que refletem uma atividade maior de investimento produtivo no País. O saldo neste primeiro semestre foi de 30 bilhões de dólares, o segundo maior saldo para esse período. Mas o destaque, talvez num agregado, é que a corrente de comércio cresceu 10%, e isso é reflexo de uma economia se reativando.

A minha intenção, ao trazer esses dados, é mostrar que o comércio exterior tem recuperado o seu dinamismo. Nós temos agora seis trimestres consecutivos de aumento de exportações e importações. Com isso, o comércio exterior tem contribuído para a retomada da atividade industrial e da atividade econômica. Agora, obviamente, o Brasil ainda tem uma baixa participação no comércio internacional: nós gravitamos em torno de 1,5% durante muito tempo. Além disso, há uma baixa, uma relativa participação do comércio exterior na economia brasileira. No Brasil, o comércio exterior representa 25% do PIB, enquanto as economias do BRICS esse percentual é acima de 50%. Então, fica a questão: como fazer com que o comércio exterior possa seguir crescendo, mas de maneira sustentada e no longo prazo, ou, colocada de outra maneira, como fazer para que o comércio exterior participe mais da geração de riquezas no País e que o Brasil participe mais no mundo e ganhe representatividade no comércio internacional como um todo? O professor já encaminhou essa questão.

De maneira geral, é preciso tratar de questões que envolvam ganho de competitividade na produção brasileira e obviamente nas nossas exportações. A resposta para esse ganho de competitividade parte de elementos muito amplos e que envolvem o Custo Brasil — os custos de produção em geral, tributário, logístico e de infraestrutura —, mas há também uma parcela significante a ser desempenhada pelo comércio exterior. Este é o ponto onde eu gostaria de concentrar a minha discussão: como o comércio exterior pode contribuir para uma inserção mais competitiva da nossa economia.

Há alguns elementos importantes nesse debate: a facilitação de comércio, os acordos comerciais, os acordos de investimentos, o apoio ao exportador brasileiro para superar um número crescente de barreiras às nossas exportações, barreiras criadas pelos nossos mercados mais relevantes, a promoção da cultura exportadora, que significa trazer para o comércio exterior um número maior de micro, pequenas e médias empresas, e também o aprimoramento de alguns instrumentos relevantes como o *drawback*, que hoje representa 25% das nossas exportações e é um instrumento fundamental de agregação de valor às nossas exportações.

Obviamente, há outros instrumentos, mas a princípio eu vou me ater a esses.

O primeiro deles, sobre o qual eu gostaria de fazer uma consideração, é o que diz respeito à facilitação de comércio. Esse é um capítulo que muitas vezes fica fora do centro das atenções, mas que tem um potencial de trazer ganhos muito relevantes para o comércio exterior brasileiro. O que quero dizer com a facilitação de comércio é a desburocratização do comércio exterior brasileiro, a redução de burocracia, de prazos e custos para se exportar e importar no País.

A Organização Mundial do Comércio tem um estudo que mostra que essa ação em facilitação de comércio pode gerar 1 trilhão de dólares na economia mundial, um ganho que supera, por exemplo, a eliminação de todas as tarifas ainda existentes no comércio. Isso mostra, portanto, qual é a envergadura de que estamos falando ao discutir desburocratização do comércio exterior.

A iniciativa mais importante e de maior fôlego nessa agenda se chama Portal Único de Comércio Exterior, que é um redesenho de todos os nossos procedimentos de exportação e de importação, que tende a adicionar um custo para o nosso setor produtivo de quase 15%.

Essa é uma figura que confesso tenho uma dificuldade enorme de explicar e mostra qual é o cenário antes do Portal Único de Comércio Exterior.

O exportador e o importador estão no canto esquerdo da tela e eles se perdem nesse emaranhado de setas que representam sua necessidade de interagir com diferentes órgãos de Governo por meio de diferentes sistemas e com exigências muitas vezes repetidas.

Só para ilustrar, hoje o CNPJ é exigido até 18 vezes nos nossos procedimentos de exportação e importação. Aqui está uma redundância óbvia que gera ineficiência. Felizmente, esse é um cenário que já está ficando para trás.

Essa é a fotografia do nosso quadro hoje com o Portal Único de Comércio Exterior, que permite um canal único de interação entre os operadores de comércio exterior e os órgãos de Governo — nós estamos falando de 22 órgãos de Governo, então a existência de um canal único de interação é fundamental. Ele permite uma atuação mais integrada entre esses órgãos de Governo, maior coordenação na atuação entre eles, e permite que as informações sejam apresentadas apenas uma vez, de maneira eletrônica, e depois compartilhadas por todos os intervenientes. E o que é mais importante: todo esse trabalho de redesenho leva à eliminação de exigência de documentos e de etapas no nosso processo de exportação e importação.

O resultado de todo esse esforço de desburocratização é a redução de até 40% nos nossos tempos médios para se exportar e importar, levando-nos a tempos na média das melhores práticas mundiais.

Qual é o efeito econômico disso? Existe um estudo da Fundação Getulio Vargas que mostra que a implementação do Portal Único vai permitir um crescimento de 6% a 7% da nossa corrente de comércio, com a possibilidade de se criarem quase 25 bilhões de dólares na economia, decorrentes apenas de eliminação de burocracia.

Alguns manuais e estudos internacionais mostram que os ganhos já implementados decorrentes do Portal Único têm melhorado a nossa classificação relativa mundial em comércio internacional. O Doing Business do Banco Mundial, por exemplo, nos últimos 2 anos, mostrou um ganho de uma posição do Brasil, em 2017, e de dez posições em 2018. Agora, com a implementação completa desse quadro, a nossa leitura é de que ainda devemos ganhar mais posições.

Além da parte de facilitação de comércio, eu gostaria de mencionar os acordos comerciais.

Aqui vemos um mapa para mostrar algumas das iniciativas em curso.

Mas o que eu acho que importa trazer aqui de mensagem sobre acordos comerciais é que essa é uma estratégia que permite a integração comercial do Brasil de forma planejada, negociada e inclusiva, com a participação do setor produtivo, para mostrar onde estão os seus setores ofensivos e as suas sensibilidades. É algo, sobretudo, que pode ser feito de maneira gradual, permitindo, assim, prazos para a adaptação do setor produtivo e a maturação de uma agenda de maior competitividade de forma concomitante a esse processo de integração comercial. E os acordos se mostram cada vez mais importantes no comércio internacional, representando hoje mais de 60% de todo o comércio.

Não há como se falar em integração comercial sem passar pela avenida dos acordos comerciais.

O Brasil já possui hoje uma rede de acordos importantes na América Latina. Nós teremos até o ano que vem livre comércio em bens com os nossos parceiros da América do Sul. O Brasil tem uma rede ainda muito limitada de acordos em relação aos nossos parceiros fora da região latino-americana — apenas com nove países, o que representa um percentual muito reduzido das exportações brasileiras. Além disso, acho que isso foi muito bem pontuado pelo Prof. Kupfer, os nossos acordos atuais concentram-se, sobretudo, em bens e em tarifas, e há aqui um mundo muito amplo, que vai além da discussão de bens e tarifas.

Hoje a estratégia de integração comercial do País passa por ampliação dos nossos parceiros comerciais, mas por ampliação também, diversificação dos temas que são tratados nesses acordos. Então, além de tarifas e bens, há uma discussão muito intensa de compromissos na parte de serviços, de investimentos, de compras governamentais, de regras técnicas, sanitárias e fitossanitárias de propriedade intelectual, ou seja, há um rol muito amplo de temas incluídos nas negociações desses acordos.

Na parte de ampliação de parceiros, eu mencionaria aqui algumas iniciativas relevantes em curso, como as negociações com a União Europeia, os países do EFTA, Canadá, Índia. Na região tem ocorrido uma aproximação muito benéfica entre o MERCOSUL e os países da Aliança do Pacífico — Chile, Colômbia, Peru e México. Destacaria também uma revitalização do braço econômico comercial do MERCOSUL.

O MERCOSUL tem buscado oxigenar as suas regras internas na parte comercial e buscado uma negociação mais ativa com outros parceiros. Dois exemplos que mostram essa atualização do MERCOSUL são um acordo de investimento que nós concluímos no ano passado dentro do bloco e um acordo de compras governamentais que abre um mercado muito importante para as empresas brasileiras exportadoras de bens e serviços para a região, um mercado que representa quase 15% de toda a economia dos nossos sócios dentro do MERCOSUL.

Por fim, temos uma nota sobre acordos de investimentos, o que foi aqui mencionado.

Essa é uma mudança de posição que vem acontecendo no Brasil nos últimos 3 a 5 anos e que tem colocado o País também no mapa dos acordos de investimentos. O País durante muito tempo não firmou acordos de investimentos, e isso não impediu que o Brasil se tornasse um dos países receptores de investimentos estrangeiros.

No ano passado, por exemplo, o Brasil foi o quarto maior receptor de investimento estrangeiro — mais de 60 bilhões de dólares —, mas recentemente o Brasil começou a se atentar também para o processo de internacionalização das nossas empresas. Então, cada vez mais as nossas empresas passaram a investir no exterior, e isso acabou provocando ou renovando o interesse das nossas empresas por esses acordos de investimento. Aqui, nos últimos 3 anos, desde 2015, o Brasil vem assinando acordos e tem hoje acordos assinados com 15 países, inclusive com os países do MERCOSUL, os quatro países da Aliança do Pacífico e alguns países relevantes na África, que representam destinos importantes dos nossos investimentos como Moçambique e Angola. Esta Casa tem exercido um papel fundamental nessa discussão, porque avaliou e aprovou nos últimos anos 6 ou 7 desses 15 acordos já assinados.

Por fim, só para mostrar que há uma convergência muito grande entre os acordos que estão sendo negociados e os destinos de investimentos brasileiros no exterior, esse é um quadro da Fundação Dom Cabral que mostra os dez principais destinos de internacionalização das empresas brasileiras. Desses dez principais destinos, com sete deles o Brasil já firmou acordos de investimentos. Então, nós estamos aqui com uma visão mais ofensiva de apoio às nossas empresas para se inserirem mais do ponto de vista de investimentos e de produção em outros países. Isso acaba beneficiando integração produtiva e gerando mais comércio, mais oportunidade para as exportações brasileiras.

Então, de maneira geral, o recado que eu concluo aqui é que o comércio exterior tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira, para o aumento da atividade produtiva brasileira. Isso passa por uma série de ações que vem ganhando mais consistência nesses últimos anos e que tem o potencial de em conjunto com uma agenda interna de competitividade permitir oportunidades para as nossas empresas, para a nossa sociedade em geral e para a economia brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Agradeço o Sr. Abrão Neto pela exposição.

Esses painéis que estamos realizando aqui na Comissão buscam exatamente essa reflexão que devemos todos nós fazer sobre o desenvolvimento do nosso País, o papel da indústria. Fizemos um debate aqui sobre o papel dos bancos públicos, sobre as novas tecnologias, sobre a Rota 2030, outro debate que nós queremos também fazer, sempre com essa visão de que no momento — é sempre oportuno tratar desse tema — de crise que se vem mantendo no nosso País e à véspera de um ano eleitoral com tantas incertezas e perplexidade de amplos setores e de pouco debate sobre saídas, que nós pudéssemos fazer reflexões, apontar caminhos, contribuir para que este debate político se aproprie de elementos mais programáticos sobre os destinos do Brasil.

Eu fiquei muito satisfeito com as exposições feitas pelo Prof. David e pelo Sr. Abrão. Eu queria indagar aos dois sobre este momento global, porque a sensação que eu tenho é a de que os chamados grandes blocos econômicos estão perdendo consistência, estão perdendo fôlego. A União Europeia tem o problema da Inglaterra. Há um debate em outros países a respeito da conveniência da consolidação deste bloco. Quanto ao MERCOSUL, há a sensação de que ele tem certa estagnação, não se dedica ao debate com a sociedade a respeito do seu papel ou da sua ampliação. Ao contrário: a crise com a Venezuela, a sensação e a percepção que se tem, pelos anúncios feitos, é que ele está paralisado. Não há uma evolução em relação a isso. O NAFTA também passa por uma crise: está praticamente se desfazendo. Os encontros que têm acontecido, bilateralmente, entre os Estados Unidos e o México e entre os Estados Unidos e o Canadá, são quase explosivos — são políticas de retaliação que os Estados Unidos têm adotado.

Um dia desses, eu ouvi a seguinte formulação: *"Quem diria, os Estados Unidos com uma política protecionista, e a China com uma política liberal, defendendo mais mercado"*.

Então, há uma instabilidade muito forte. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil tem uma perda de protagonismo, algo que acho bastante questionado por aí.

Eu levanto uma indagação. Quanto ao BRICS, não se falou mais na integração que este bloco poderia ter. Criou-se um banco, e que avanços nestas relações se experimentam? Que visão os senhores têm sobre o papel desses blocos e, como, em perspectiva, o Brasil pode se inserir aí ou se beneficiar?

O Abrão falou sobre acordos bilaterais com vários países, mas eu vi, pela relação que o senhor apresentou, parece-me, não consta a União Europeia, os Estados Unidos nem a China. Tudo bem, os acordos são muito importantes, mas como o Brasil se insere se não se incluem os grandes competidores ou os grandes mercados da nossa economia global? São indagações que eu gostaria de fazer.

Há outra indagação que eu gostaria de deixar aqui, dialogando com a informação que o Abrão Neto deixou sobre a inserção das nossas empresas na economia internacional ou global.

Fica a sensação de que nós tínhamos empresas que tinham um grau de competitividade nesta economia, e parece que isso refluiu. Nós estávamos disputando o mercado global de proteínas, e a principal empresa nesta área está sofrendo bastante. Nós temos uma preocupação com este mercado, porque esta indústria tinha uma pauta de valor agregado, com produtos industrializados. Na indústria pesada, a Odebrecht estava presente em 70 países, e parece-me que ela perdeu muito. Na área da energia e do petróleo, esta é a situação também da PETROBRAS, decorrente do ambiente político.

Portanto, que qualidade esta inserção da nossa indústria tem? Nós temos mesmo esse padrão de competitividade? Ouço notícias de que o setor químico, em que uma empresa nacional tem porte para competir de forma global — porque este setor tem uma competitividade bastante centralizada em poucas empresas —, estaria sendo aberto à desnacionalização. Dessa forma, nós não estamos passando por um processo de desnacionalização? Que impacto isso pode produzir? Eu fiz muitas indagações, e talvez não lhes seja possível abordar cada uma delas com o formato adequado, já que o tempo é curto.

Eu passo a palavra ao Prof. David Kupfer, para fazer algumas considerações sobre estas questões, se for possível, e para emitir suas considerações finais.

**O SR. DAVID KUPFER** - De fato, há um conjunto de acomodações — eu vou usar este termo — no desenho do processo de globalização. Eu entendo que há duas dinâmicas que se entrecruzam e geram movimentos historicamente pendulares. Estas dinâmicas têm a ver com a dinâmica nacional, com os países, como elas se relacionam, como elas buscam seus objetivos e como atuam internamente. Ao mesmo tempo, há outra dinâmica, a dinâmica das empresas que não são mais necessariamente nacionais, tampouco multinacionais. Muito provavelmente, hoje elas são empresas transnacionais, que em muitos casos pensam globalmente — as grandes empresas, evidentemente —, a despeito do chamado interesse nacional. Trata-se de um processo conflitivo, que, de fato, gera idas, vindas e reacomodações.

Eu entendo que a visão que se teve no passado de que o mundo caminharia para uma opção regionalista está em questão agora. O movimento recente está muito mais vivo, muito mais vital, no que diz respeito a relações mais bilaterais, ou mesmo plurilaterais, mas muito distante do multilateralismo ou mesmo do regionalismo, que se entendeu que seria o caminho das relações internacionais. Eu acho que este movimento é pendular e que não devemos considerar que houve uma guinada irreversível.

Na verdade, tentando responder à sua indagação, entendo que o que está em questão é uma acomodação. No plano da dinâmica das empresas, o caminho é mais fácil de ver e leva a uma reorientação das relações internacionais. Aquilo que era a chave da eficiência e da geração de rentabilidade empresarial há 20 ou 30 anos está diferente agora, em vista de uma onda de transformações tecnológicas que tem sugerido que muito provavelmente parte da atividade industrial poderá ser reinternalizada nos países líderes.

Então, não se trata de algo totalmente claro. Estamos falando de cenários que envolvem o futuro, mas há uma percepção de que, no grande padrão de competição que hoje organiza os países mais avançados e as empresas líderes, baseado na inovação, a proximidade da produção seja relevante para alimentar o processo de inovação. Portanto, o modelo americano do "invente aqui e produza lá", que foi sintetizado no fim da década passada, aparentemente mostrou seus limites. Ele não é o caminho, e isso funciona assim mesmo.

Eu vou dar um exemplo histórico recente sobre tendências pesadas no longo prazo. É recente, porque aconteceu há 30 e tantos anos, quando eu era um garoto que estava começando a vida profissional como pesquisador. A General Motors, grande empresa automobilística mundial, estava comandando um processo irreversível de mundialização da produção, com o chamado carro mundial. Aquilo refluiu, e ninguém mais pensou em carro mundial. Dez anos depois, o modelo de carro mundial é algo fracassado, superado pelo consórcio modular etc. O carro mundial jamais foi algo consistente, embora midiaticamente, por uma série de razões, ele tenha parecido irreversível. Assim, estamos diante de algo dessa natureza.

Não há por que imaginar que uma síntese do modelo americano do "invente aqui e produza na China" tenha provocado transformações, inclusive geopolíticas. Quando a China aprendeu a produzir, a partir dessa estratégia americana ela passou a inventar lá também. Neste sentido, agora aconteceu esta grande transformação na linha americana de ação. Embora haja uma vocalização de que os Estados Unidos queiram voltar a produzir aço em seu território, provavelmente não seja bem isso que está movendo a política externa americana, porque isso seria completamente desprovido de sentido. Os Estados Unidos estão em busca da retomada da hegemonia naquilo que realmente interessa no mundo contemporâneo, que é a capacidade de inovar e de liderar a fronteira. Este não é o caso brasileiro. Infelizmente, nós estamos muito distantes da fronteira e não estamos participando internacionalmente deste jogo, embora seja importante, numa visão estrutural, entender que temos uma indústria ainda diversificada e ainda com muita musculatura que está se ressentindo dos efeitos de uma série de processos internos brasileiros.

Estes processos políticos afetaram algumas empresas que andaram fazendo atividades não produtivas e condenáveis, literalmente — tanto que elas estão sendo condenadas —, que lhes trouxeram um custo: o enfraquecimento destas empresas. Além disso, há uma incapacidade do País, voluntária ou não, de apoiar o movimento de expansão externa das empresas brasileiras. Isso trouxe um custo muito grande: a perda de capacidade deste segmento de andar na fronteira internacional e prosseguir.

Nós estamos vendo este hiato aumentar. Havia 10 anos, existia uma expectativa extremamente positiva em relação à cadeia inteira da cana-de-açúcar, inclusive com o etanol: o etanol combustível, o etanol química, a bioeconomia associada à biomassa do etanol. Isso tudo retrocedeu, de forma até surpreendente. Ninguém poderia imaginar que, de 2008 para 2018, ocorresse uma crise aberta no setor sucroalcooleiro em face de uma série de políticas equivocadas, uma série de ausências e equívocos.

Eu não queria me alongar, mas acho que é necessário fazer um aprofundamento. Teoricamente, este momento de eleições favorece o aprofundamento destas visões e a busca de coesão. No momento, a maior lacuna e a maior fragilidade brasileira estão na falta de ideias, na falta de coesão. Não é o fato de que há grupos pensando propostas e soluções diferentes — isso, a rigor, não é ruim. Pode ser até bom ter a capacidade de formulação. O problema é que não há coesão. Quando, por qualquer razão, uma linha de ação se torna majoritária, ela não é apoiada pelos demais: ela é destruída pelos demais. Assim, voltamos à estaca zero e não conseguimos escapar do "curto-prazismo" que vem caracterizando a ação — não vou nem dizer a posição — dos protagonistas da economia brasileira, da nossa indústria, do nosso setor produtivo. Assim, temos que buscar superar esta questão.

É fundamental voltar, como eu disse, a buscar a integração produtiva, na qual o MERCOSUL sempre foi um espaço de pouquíssimo avanço, excetuando-se o setor automobilístico. Na verdade, uma das razões que levou à criação do MERCOSUL foi o interesse de empresas montadoras de automóveis de articular uma integração produtiva entre o Brasil e a Argentina. Lembrem que a Autolatina antecedeu ao MERCOSUL. Mas o MERCOSUL, de fato, nunca funcionou como espaço de integração produtiva. Ele sempre funcionou muito mais como espaço de disputa entre o Brasil e a Argentina.

Este não é um caminho que deva, no meu modo de ver, ser reforçado após tantos anos de pouco sucesso. Mas a integração latino-americana, a depender, evidentemente, do México, ou, pelo menos, sul-americana pode trazer para o Brasil um impulso do ponto de vista da retomada da atividade industrial. Para isso, temos que olhar para nossos vizinhos, mas não como mercado a ser conquistado, como, infelizmente, a maior parte do nosso empresariado enxerga, e, sim, como um espaço de integração produtiva.

Nós temos que transferir algumas atividades e construir uma cadeia de especialização vertical com nossos vizinhos, sim. Não se trata de vender roupa pronta para o Equador. Trata-se, talvez, de permitir que as atividades de acabamento sejam feitas lá. Enfim, falo em dividir a produção, para que se construa uma economia política que favoreça um ganho de competitividade a partir da divisão de trabalho mais pactuada entre os países.

Eu acho que o caminho é uma política externa, no que diz respeito à produção, que seja firmemente focada no desenvolvimento de espaços de atuação cooperada na produção entre os diversos países, em vez de buscar apenas ganhar mercado para ter mais escala e mais espaço para vender. Deve-se buscar, de fato, o aumento da eficiência produtiva. Deve-se buscar uma integração produtiva, visando a conquistar o mercado da União Europeia, da China e dos Estados Unidos; inclusive o mercado, no caso brasileiro, que já tivemos e perdemos ao longo deste período em que a competitividade da nossa indústria de fato retrocedeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Prof. David.

Passo a palavra ao Sr. Abrão Neto.

**O SR. ABRÃO NETO** - Obrigado, Deputado.

Eu acho que, nas suas reflexões, ficou muito nítida uma avaliação, ou uma indicação, deste momento desafiador do contexto internacional. Na parte específica do comércio, acho que há um paradoxo evidente: por um lado, o comércio mundial voltou a crescer e, depois de alguns anos, tem desempenhado o papel de motor do crescimento mundial. As taxas do ano passado e as taxas de previsão de crescimento do comércio para este ano estão acima da taxa de crescimento da economia como um todo — isso é algo que não se via havia algum tempo.

O paradoxo, no entanto, está em que, por outro lado, do ponto de vista político, em algumas economias, principalmente nas economias desenvolvidas, vê-se um questionamento sobre os pilares do comércio como ele vem sendo desenvolvido desde o pós-guerra, nos últimos 60 ou 70 anos.

Estes questionamentos, que muitas vezes miram o comércio, nem sempre têm bases relacionadas com o comércio em si. Então, o que nós víamos nos últimos anos, o processo do Brexit, na União Europeia, ou a própria discussão subjacente às eleições nos Estados Unidos em 2016, tratavam muito de questões comerciais, mas muitas vezes o que estava por detrás da discussão era um processo que esses países, essas economias e o mundo como um todo têm sofrido com a evolução tecnológica. Há uma utilização cada vez mais intensa de tecnologia em substituição ao trabalho. Isso tem causado, em alguns países, a contestação dos benefícios que o comércio e a integração comercial trazem. Isso nos coloca hoje num momento de dificuldade no cenário internacional, pois há um acirramento das relações comerciais entre algumas potências e um prenúncio, como muitos falam, de guerra comercial.

Eu acho que, nesse cenário mais conturbado, a existência, o privilégio e o prestígio às regras internacionais ganham mais importância ainda, sobretudo para o Brasil, que se beneficiou de um sistema multilateral baseado em regras e, tradicionalmente, tem sido um defensor dessas regras que permitem maior previsibilidade e segurança jurídica no comércio internacional. A oposição a isso é o cenário da lei do mais forte, no qual o Brasil tende a se ver prejudicado. Diante disso, o Brasil tem buscado fazer esses movimentos de maior integração comercial e de favorecimento à negociação de acordos que, no final do dia, criam regras e previsibilidade para os fluxos comerciais.

Do ponto de vista econômico de fortalecimento do MERCOSUL, que significa tanto a criação de novas regras econômicas e comerciais dentro do bloco como a atuação conjunta para a negociação desses acordos, eu acho que esse é o caminho que talvez permita uma posição mais vantajosa do Brasil em relação aos seus parceiros comerciais. Isso passa pelo fortalecimento de blocos — acho que foi essa a sua provocação.

Eu queria fazer um comentário sobre esses processos negociadores. A União Europeia é hoje o processo em que o Brasil, junto com os sócios do MERCOSUL, tem o estágio mais avançado de negociações. Na semana que vem, haverá mais uma rodada negociadora com eles. Há uma janela de oportunidade de que eventualmente se consiga concluir essa negociação. A mesma coisa ocorre com o BRICS. Está havendo hoje um encontro de Ministros da Indústria e Comércio na África do Sul, para discutir uma convergência maior, dentro do limite possível, entre os cinco países que fazem parte do BRICS. Há muita atuação e muitas ações em movimento, no sentido de uma maior integração do Brasil ao mundo quanto ao privilégio e à criação de regras internacionais.

Para finalizar, eu queria só reforçar o papel que o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços vê para esta Casa em relação ao tema do comércio internacional. A Casa tem feito debates na área de comércio internacional e de inserção internacional. O debate envolve a sociedade como um todo, o setor produtivo e os órgãos de Governo que participam da elaboração e da implementação dessas estratégias. Além do debate e da reflexão, esta Casa tem um papel na apreciação de todos os acordos internacionais — de investimentos a acordos amplos. Nós vimos, nos últimos anos, a Câmara dos Deputados e o Senado muito atuantes nos temas de comércio internacional. Isso é, obviamente, um ganho muito grande, pois eleva a qualidade do debate e define uma melhor estratégia para o País.

Então, nesse contexto, eu sempre coloco o Ministério à disposição para participar dessas discussões. Nós certamente ganhamos muito ao manter esse tema na ordem do dia e no radar da atuação legislativa brasileira.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Antes de encerrar, eu quero agradecer as exposições feitas pelo Abrão Neto e pelo Prof. David Kupfer, que foram muito densas do ponto de vista da proposição e das abordagens que nos trouxeram. Esperamos que este debate se intensifique e seja algo mais perceptível e melhor acompanhado pela sociedade, porque é um assunto de grande interesse nacional. Esse é o nosso esforço.

Eu quero agradecer a presença de cada um dos senhores e de todos os que acompanharam este debate, que foi transmitido também pela Internet. Hoje todos estamos conectados. Sempre há um bom acompanhamento das pessoas que se interessam por esses temas.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, convocando os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas para sessão deliberativa ordinária a ser realizada em seguida, neste mesmo plenário.

Consulto os membros da Comissão sobre a preservação do painel para a sessão deliberativa. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, está mantido o painel para a sessão deliberativa.

Está encerrada a audiência pública.

Obrigado.